

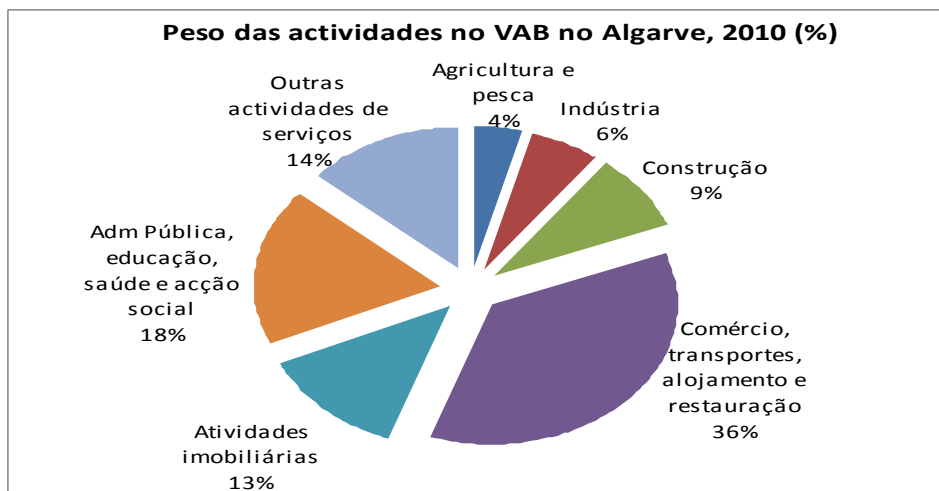
Problemas do emprego no Algarve agravam-se com a dependência económica do turismo

A estrutura económica do Algarve está fortemente dependente dos serviços (em 81% face a 74% na média nacional) e em particular das actividades turísticas e da restauração, por um lado, e do comércio, por outro. Em 2010, o VAB do comércio, alojamento, restauração e transportes representava 36% do VAB regional, enquanto no país representava 24%.

Recorrendo a dados mais desagregados, referentes a 2009, verifica-se que o peso do alojamento e restauração era de 19% no Algarve e de apenas 4% no país. O comércio tinha um peso elevado que no país, quer na região.

Por sua vez, a indústria (incluindo energia) representava apenas 6% do VAB regional, sendo de 17% na média nacional. A agricultura e pescas eram também residuais na região, tendo um peso de apenas 4%, ainda assim superior ao observado no país (2%).

Quase todos estes indicadores se deterioraram na região face a 1995, isto é, a economia regional aprofundou o seu processo de terciarização, por contrapartida da forte quebra da agricultura e pescas, cujo peso era de 10% em 1995. O peso da indústria no total decresceu apenas ligeiramente. Acresce que na agricultura houve mesmo uma quebra em valor absoluto do VAB entre 1995 e 2010 (de 14%) enquanto que na indústria o valor duplicou.



Fonte: Contas Regionais, INE

A maioria das actividades da região gira em torno do turismo e das suas necessidades. Isso verifica-se sobretudo com a construção - onde o sector tem um peso superior ao da média nacional (9% face a 7%) - nas actividades imobiliárias (13% do VAB no Algarve face a 8,6% na média do país).

O emprego está também concentrado nos serviços (78% face a 63,5% na média nacional) e fortemente do Turismo (18%) e do comércio (16%) e da construção (9%), sendo também importante a Administração Pública, educação e saúde (tal como no país). A agricultura, pescas e indústria transformadora absorvem pouco mais que 10% da força de trabalho regional.

População empregada por actividade principal (CAE-Rev. 3), 2º trimestre de 2012

Actividade principal	Milhares		%	
	Portugal	Algarve	Portugal	Algarve
População empregada	4.688,2	188,0	100,0	100,0
Agricultura, produção animal, caça e floresta	482,3	11,3	10,3	6,0
Pesca e aquicultura	16,3	4,3	0,3	2,3
Indústrias extractivas	13,3	0,5	0,3	0,3
Indústrias transformadoras	775,6	7,8	16,5	4,1
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	19,1	0,3	0,4	0,2
Captação, tratamento e distribuição de água, gestão de resíduos e despoluição	27,8	1,2	0,6	0,6
Construção	374,5	16,9	8,0	9,0
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e de motociclos	686,7	30,4	14,6	16,2
Transportes e armazenagem	167,7	4,2	3,6	2,2
Alojamento, restauração e similares	282,2	33,7	6,0	17,9
Actividades de informação e de comunicação	87,5	2,4	1,9	1,3
Actividades financeiras e de seguros	98,2	4,0	2,1	2,1
Actividades imobiliárias	22,5	1,9	0,5	1,0
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	142,9	5,6	3,0	3,0
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	144,9	6,7	3,1	3,6
Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória	299,7	14,4	6,4	7,7
Educação	383,0	16,9	8,2	9,0
Actividades de saúde humana e apoio social	381,3	12,8	8,1	6,8
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	53,1	3,6	1,1	1,9
Outras actividades de serviços	93,6	6,3	2,0	3,4
Famílias com empregados	133,7	2,9	2,9	1,5
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	2,3	-	0,0	-

Fonte: Estatísticas do Emprego, INE

Tendo em consideração que o Algarve tem sido explorado principalmente como um destino de Sol e Mar, a consequência é uma "elevada sazonalidade – verifica-se uma taxa de ocupação de 64% nos meses de Verão (Julho, Agosto e Setembro), com o pico a verificar-se em Agosto, com uma taxa de ocupação de 76%. Por outro lado, os meses de Inverno (Dezembro e Janeiro) apresentam taxas de ocupação bastante baixas, na ordem dos 20%"¹.

Essa sazonalidade afecta toda a economia regional, não tendo havido até agora vontade política e capacidade do tecido económico regional para alterar a situação. Quando há dificuldades, crise, aumento da concorrência de outros destinos, também há impactos na restante economia regional, nomeadamente no comércio, construção e imobiliário.

Na estrutura económica regional² predominam as pequenas empresas – 96,3% têm menos de 10 pessoas ao serviço (ano de 2009). Por outro, a região tem poucas empresas em sectores de

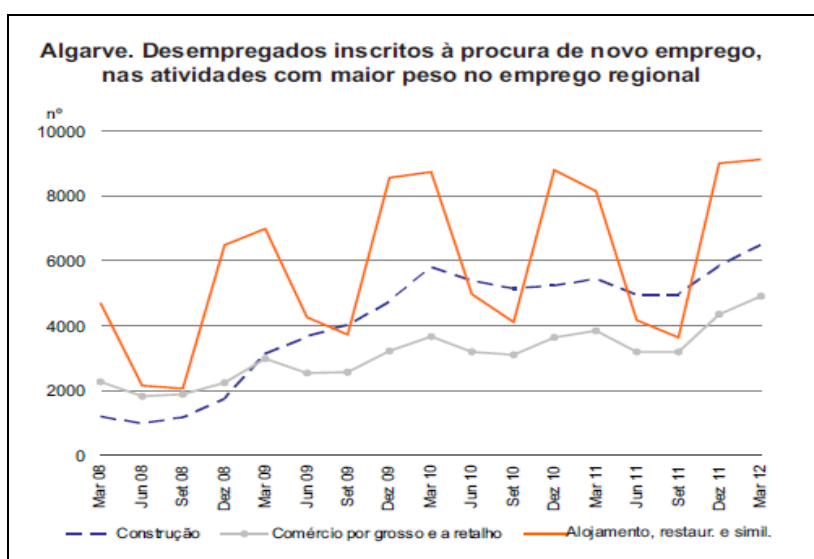
¹ Plano Estratégico do Turismo.

² Anuário Estatístico do Algarve 2010, INE.

alta e média-alta tecnologia. A proporção do VAB destas empresas é diminuta (0,71% contra 10,63% na média do país - ano de 2009).

A forte sazonalidade do turismo reflecte-se na elevada precariedade da região³, mas não é a única causa. São também causas da precariedade, o comportamento dos empregadores, na exploração ao máximo da força de trabalho pelo menor custo, e a inoperância da Autoridade para as Condições de Trabalho face ao desrespeito pela legislação do trabalho.

A precariedade do emprego, aliada à existência de poucas alternativas de emprego noutras actividades para além do turismo, do comércio e da construção, faz com que a maioria dos desempregados que se inscrevem nos centros de emprego seja proveniente dessas actividades. No gráfico seguinte são visíveis também os efeitos da sazonalidade do turismo.



Fonte: IEFP

A precariedade é a primeira causa do desemprego a nível nacional e em particular no Algarve. Apesar do encerramento de empresas ter aumentado nos últimos anos, o fim dos contratos não permanentes continua a ser o principal motivo de inscrição nos centros de emprego no Algarve. Em Agosto de 2012, 42% dos desempregados que se inscreveram ao longo do mês fê-lo por esse motivo, mas nos meses de Outono/Inverno, quando o turismo decai atingem-se percentagens da ordem dos 70% (em Outubro de 2011 a percentagem foi de 69%).

Além da precariedade o Algarve tem hoje outro grande problema – o desemprego. De facto, esta região tem a segunda taxa de desemprego mais elevada do país (17,4% no 2º trimestre de 2012), o que coloca grandes problemas à sua população.

³ Os dados do Inquérito ao Emprego do INE referentes a 2011 indicam uma percentagem de 25% só para os contratos a termo, estando de fora os falsos recibos verdes e outras situações.

Taxas de desemprego por região NUTS II (NUTS-2002)

Portugal	Valor trimestral			Variação	
	2ºT-2011	1ºT-2012	2ºT-2012	Homóloga	Trimestral
	%			p.p.	
Portugal	12,1	14,9	15,0	2,9	0,1
Norte	12,6	15,1	15,2	2,6	0,1
Centro	9,5	11,8	11,2	1,7	-0,6
Lisboa	13,5	16,5	17,6	4,1	1,1
Alentejo	11,8	15,4	15,0	3,2	-0,4
Algarve	14,7	20,0	17,4	2,7	-2,6
R. A. Açores	9,7	13,9	15,6	5,9	1,7
R. A. Madeira	13,5	16,1	16,8	3,3	0,7

Fonte: Estatísticas do Emprego, INE

Propostas

- Implementação de um Plano de desenvolvimento da região, elabora do com a participação dos trabalhadores, que aposte diversificação das actividades produtivas, na reindustrialização e no aproveitamento dos recursos naturais, nomeadamente nas pescas e na produção agrícola
- Requalificação do sector do turismo, diversificando o tipo de oferta para além do "Sol e Mar"
- Reforço da fiscalização e limitação dos contratos de trabalho de duração determinada a necessidades temporárias de trabalho (tanto no sector privado como no sector público)
 - Passagem a efectivos de todos os trabalhadores que exercem funções de carácter permanente
 - Regularização dos falsos recibos verdes, o que implica fiscalização reforçada das situações de falsos recibos verdes, tendo em conta a presunção do art.º 12º do Código do Trabalho
 - Limitação do tempo a que as empresas podem recorrer ao trabalho temporário assim como aos contratos de utilização
- Aumento das qualificações dos trabalhadores e outros activos

5 de Outubro de 2012

CGTP-IN